

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE  
SÃO PAULO**

**DAKLA DE SOUZA LIMA**

**O PAPEL DA MÍDIA IMPRESSA NA  
MANUTENÇÃO DA DITADURA NO GOVERNO  
MÉDICI**

**Trabalho de Iniciação Científica  
Apresentado à FEBASP – Centro Universitário  
Belas Artes de São Paulo**

**São Paulo  
2010**

**DAKLA DE SOUZA LIMA**

**O PAPEL DA MÍDIA IMPRESSA NA  
MANUTENÇÃO DA DITADURA NO GOVERNO  
MÉDICI**

**Trabalho de Iniciação Científica  
Apresentado à FEBASP – Centro Universitário  
Belas Artes de São Paulo  
Curso: Publicidade e Propaganda**

**ORIENTADOR:  
Prof. Dr. Ronaldo Mathias**

**São Paulo  
2010**

***Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos, pelo apoio que me  
dão todos os dias, em especial aos meus pais e as minhas irmãs que  
sempre estão dispostos a dar conselhos sábios e espirituosos.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor orientador e a Instituição pela ajuda dedicada e ao incentivo de minha formação acadêmica.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>DITADURA MILITAR BRASILEIRA</b>	<b>10</b>
<b>O golpe de 1964</b>	<b>10</b>
<b>Os presidentes e os Atos Institucionais</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II:</b>	
<b>DITADURA E PROPAGANDA</b>	<b>31</b>
<b>Mídia Impressa</b>	<b>31</b>
<b>A Indústria Cultural</b>	<b>32</b>
<b>Propaganda Ideológica</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO III:</b>	
<b>PROPAGANDA SUBLIMINAR</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>

## **LISTAS DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura I: Propaganda Impressa do governo militar</b>	<b>40</b>
---	-----------

## **RESUMO**

O projeto tem como objetivo estudar e analisar a influência dos meios de comunicação, mais especificamente da mídia impressa, no governo militar do período Médici (1969-1973) e, criar uma base de relação entre a propaganda militar e os conceitos básicos da Teoria Crítica. Para tal, foi empregada a pesquisa em material bibliográfico e os resultados alcançados baseiam-se na análise da peça publicitária governamental do período.

História. Ditadura Militar. Propaganda Impressa. Indústria Cultural. Médici.

## **ABSTRACT**

The project have has objective study and analyze the influence of the media communication, specifically print media, in the military government of the Medici period (1969-1973) and, create a basis for the relationship between military propaganda and the basics concepts of Critical Theory. To this end, we used the research in bibliographic propaganda of the period.

History. Military Dictatorship. Print Advertising. Cultural Industry. Medici.

## **INTRODUÇÃO**

O projeto a seguir procura elencar como os meios de comunicação são importantes para a manutenção do sistema social, econômico e político vigente.

Sua finalidade concerne em entender essas formas e gerar reflexão para o que vem ocorrendo atualmente tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina onde percebemos uma reestruturação e preocupação por parte do governo em controlar os meios comunicacionais. Para tanto, recorreu-se a consulta bibliográfica a fim de dar suporte à pesquisa que durou um ano para ser concluída.



## **CAPÍTULO I: DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

A ditadura militar no Brasil estendeu-se de 1964 a 1985 e foi marcada pela repressão a oposição e aos meios de comunicação. A princípio, o golpe de 1964 fora lançado com o pretexto de restaurar a democracia e impedir o avanço do comunismo e da corrupção.

Para relatar o golpe de março/abril de 1964 faz-se necessário conhecer e notificar quais foram as questões que motivaram e desencadearam tal reação que obteve apoio da grande maioria dos setores conservadores e de importantes instituições nacionais.

O golpe de 1964 ocorreu em meio a um período conturbado da história, tanto em nível nacional quanto global. O populismo e o nacionalismo, notados em tantos países durante a Guerra Fria, ocorreu também no Brasil durante o governo de Vargas e de João Goulart.

Outro fator que também deve ser notado é justamente a bipolarização que dividiu o globo em capitalistas e socialistas, mais evidentes com o fim da segunda guerra mundial. O medo de que o Brasil mudasse de lado e provocasse a reação das potências capitalistas, provocou reações dos setores militares e conservadores do país, que se materializou no golpe.

Para entender o processo resultante na vitória militar, juntamente com setores dominantes da sociedade, que culminou em uma ditadura de 21 anos, é necessário compreender o último governo diretamente eleito antes do golpe.

### ***O golpe de 1964***

Em 25 de agosto de 1961, o então presidente Jânio Quadros, renúncia do cargo de Presidente da República sem, ao menos completar sete meses de administração. Com a abdicação de Quadros e, de acordo com a Constituição, o vice-presidente, João Goulart, deveria tomar posse do governo. O grande problema era que esta posse estava sofrendo ameaças de um estranho veto

militar apoiado pela UDN (União Democrática Nacional) e por setores conservadores, que não queriam Goulart no comando da nação.

Os grupos conservadores usaram toda a sua influência nos meios de comunicação, a fim de impedir o cumprimento da lei, vigente na Carta de 1946, onde, na renúncia ou falecimento do presidente, o vice deveria tomar posse do governo. Porém, como grupos da elite não queriam que este fato se sucedesse, os meios de comunicação foram amplamente utilizados para evitar esse fim, como narra Caio Navarro de Toledo, (1983, 11): “imediatamente, os meios de comunicação do país passaram a divulgar versões –cuja veracidade seria confirmada nos dias seguintes- segundo os quais haveria, da parte de expressivos círculos militares, uma forte oposição à posse constitucional de João Goulart na Presidência da República”.

Jango era uma antiga figura política, durante o governo Vargas, Goulart fora escolhido para ser Ministro do Trabalho, assumindo a função em 1953, cadeira que ocupou durante oito meses. Neste período já atraía para si forte oposição, sendo acusado de pregar a luta de classes e apoiar greves.

Essa oposição a Jango, como chamavam João Goulart, se dava ao fato de que este era visto com certa desconfiança pela elite. Segundo Marcos Napolitano (1998,6): Essa desconfiança era antiga, desde quando ele como ministro do Trabalho de Vargas, havia autorizado um aumento de 100% no salário mínimo, medida considerada demagógica e que jogava patrões contra empregados.

Toledo completa o pensamento de Napolitano ao relatar (1983,12) que: na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de “negativo” na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista.

João Goulart se autodenominava capitalista, e usava o argumento de que, pelo fato de ser latifundiário e herdeiro de uma grande fortuna, era, portanto, apoiador do capitalismo, porém defensor de um capitalismo mais humano, em oposição ao chamado “capitalismo selvagem”.

No período de Juscelino Kubitschek, Goulart volta ao cenário político atuando como vice-presidente. Ocorre que, também durante este mandato, foi alvo de pesadas críticas dos setores liberais-conservadores e da direita.

Todos os esforços da elite brasileira, que avaliavam Goulart como nacionalista e próximo da esquerda funcionaram, sendo assim, em agosto de 1961, Jango é impedido de assumir o poder de forma plena, sendo submetido ao parlamentarismo formado por uma emenda constitucional.

João Goulart era conhecido por ter uma política populista. O populismo era caracterizado por ser voltada ao apoio popular, este, utiliza uma linguagem simples se apropriando da propaganda pessoal para que a população se identifique com ele. Essa forma política é comum em países onde há um grande abismo social, como era o caso do Brasil na década de 60.

Para que essa emenda fosse aprovada, os militares escreveram um manifesto. Neste manifesto, salientaram o apoio de Jango a greves e realçaram as viagens realizadas por Jango à países socialistas como a URSS e a China Comunista. Os militares destacaram o entusiasmo de Goulart ao regime adotado em tais países; o que reforça a idéia do órgão militar e dos setores da direita de que não acreditem na versão de Jango como defensor do capitalismo.

Porém, havia setores do país que não apoiavam a ilegalidade do manifesto, e queriam que Jango assumisse o poder em um governo republicano e não parlamentarista, como ocorreu. Ao dissertar sobre esses grupos apoiadores de Goulart, Navarro de Toledo, destaca que (1983, 17):

Ideologicamente, estes setores afinavam-se com o nacionalismo reformista, com a liberal-democracia, com a esquerda revolucionária. Governadores de estados, parlamentares federais e estaduais, sindicatos de trabalhadores, entidades de empresários (CONCLAP), estudantes e alguns setores militares, se manifestavam em defesa da ordem constitucional.

Mas o fato é que este apoio não foi suficiente, pois, os dois maiores partidos no Congresso Nacional, a UDN e o PSD, que eram a favor da redução dos poderes presidenciais, proferiram uma emenda constitucional que estabelecia o regime parlamentarista no país. Esta emenda foi aprovada no Congresso, e no dia sete de setembro de 1961, João Goulart recebia a faixa presidencial sob um regime parlamentarista.

O regime de parlamento diferencia-se de uma república, pois tira do Presidente a ação de organizar leis, preparar propostas de orçamento, orientar a política externa, ou seja, não há poder presidencial.

O parlamentarismo durou pouco tempo, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando o poder do presidente é restabelecido através de um plebiscito. Esta campanha contra o parlamentarismo foi liderada pelo próprio presidente e financiada pela burguesia brasileira. Segundo Toledo, a derrota do regime ocorreu (1983, 39): pois se revelou altamente ineficaz do ponto de vista administrativo, como também pelo fato de ter-se constituído numa fonte permanente de crises institucionais e políticas.

Toledo evidencia que, o regime parlamentarista brasileiro durou pouco por ser completamente inviável desde a sua implantação. Ao considerar o momento histórico delicado que o Brasil passava, com grandes problemas econômicos e políticos, um parlamento que possuía membros com pontos de vista diversos, não era a solução mais viável para se chegar em um consenso entre as autoridades políticas, para a resolução dos problemas de maior importância

Em razão da ineficácia do sistema, em 23 de janeiro de 1963, João Goulart volta com plenos poderes que a Carta de 1946 conferia ao Presidente da República.

O governo Goulart queria implantar as Reformas de Base que transformariam o setor agrário, administrativo, bancário, fiscal, urbano e eleitoral. As reformas de base constituíam em mudanças nas estruturas básicas brasileiras, que tinham caráter nacionalista e que anunciavam um maior controle do Estado na economia.

As reformas básicas principalmente a do setor agrário, tornaram-se alvo de fortes críticas de opositores diretos do governo, como a UDN e a Igreja Católica, setores estes que acreditavam que tal transformação no país levaria a invalidação do estatuto da propriedade privada no Brasil e, conseqüentemente, instauraria um regime socialista no país.

João Goulart era membro do PTB e este recebera apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro), ambos os partidos pregavam o nacionalismo e defendiam a modernização da indústria desvinculada dos interesses norte-

americanos. O PCB acreditava que através do desenvolvimento da economia e da política capitalista criaria, na realidade, uma base sólida para que, no futuro, a revolução socialista acontecesse. A união com os comunistas gerou nos grupos de conservadores, banqueiros, latifundiários e industriais a sensação de que o comunismo estava em processo de implantação no Brasil.

Outro fator que propiciou o golpe foi a vitória da Revolução Cubana em 1959, que tornou real o socialismo na América Latina e que gerou uma ameaça a influência norte-americana no continente. Para Napolitano (1998,7): a política externa dos Estados Unidos estava orientada para impedir a ocorrência de conflitos e revoltas sociais (de inspiração socialista) que implicassem qualquer mudança na ordem interna dos países sob sua influência.

Ao final da administração de João Goulart setores de esquerda também passaram a criticar o governo alegando que este era tímido e indeciso. Neste momento Jango não consegue atender nem à esquerda nem à direita. Segundo Napolitano, o governo, sofrendo conspirações e conflitos de todos os lados, se torna fraco. Este alega que (1998, 8):

As tensões políticas que culminaram na queda do governo Goulart se desenvolveram num quadro de crise socioeconômica e radicalização político-ideológica muito explorado pelos conspiradores. Alias, pode-se dizer que o golpe militar significou a convergência de diversos núcleos de conspiração contra o governo (...)

A combinação de crise econômica, crise política, crise militar e social, com trabalhadores rurais e urbanos cada vez mais presentes na política, ocorre o golpe militar. Setores dominantes da sociedade como a classe média e a burguesia, assim como a Igreja Católica saem às ruas pedindo o *impeachment*.

Em 1964 o golpe militar é consumado com a deposição do presidente João Goulart que segue exílio no Uruguai. Segundo Thomas Skidmore (2000,63):

A Revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart.

Com a conclusão inicial do golpe, os militares sentiam necessidade de dar uma idéia de legitimidade ao novo regime através da criação de uma base

institucional. Nos dias que sucederam a deposição de João Goulart foi formado uma junta militar, composta pelo marechal Arthur da Costa e Silva, o vice-almirante Augusto Rademaker e pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Melo, a junta se auto-intitidou “Supremo Comando da Revolução”. Este novo governo teria que articular formas a fim de legitimar a nova situação política vivida no Brasil. De acordo com Marcos Napolitano (1998, 14-15):

(...) os militares sabiam que era preciso encontrar uma fórmula institucional para legalizar o regime autoritário e aglutinar o apoio dos civis, fundamental naqueles primeiros meses de governo. Não era possível simplesmente fechar o Congresso (...) nem tampouco anular a Constituição. (...) Surgiram então os Atos Institucionais, decretos jurídicos de caráter centralizador e autoritário, que se sobrepujam à Constituição Federal.

### ***Os presidentes e os Atos Institucionais***

Para que a “revolução” fosse mantida, e legitimada era necessário emitir um Ato Institucional. A publicação do Ato Institucional nº 01, em 09 de abril de 1964, deu início ao período de Atos Institucionais que só acabaria em 1978. Este foi escrito por Francisco Campos, que também redigiu a Constituição do Estado Novo, e Carlos Medeiros da Silva, advogado ultraconservador. O Ato deveria expirar em 31 de janeiro de 1966.

Como primeiro Ato, dava grandes poderes ao Presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso, declarar estado de sítio por trinta dias e, se necessário, prolongá-los por mais trinta; suspender por dez anos os poderes políticos de qualquer cidadão, suspender por seis meses a estabilidade dos servidores públicos e controlar o Congresso Nacional.

O candidato que assumiu a presidência, após o golpe militar, foi o marechal Humberto Alencar Castelo Branco, eleito no Congresso Nacional, no dia 9 de abril de 1964, com 361 votos. Como vice-presidente, foi eleito José Maria Alckmin, do PSD de Minas Gerais.

Castelo Branco era de origem nordestina, nasceu no Ceará. Por ser filho de oficial do Exército, mudou-se várias vezes. No Rio Grande do Sul, ingressou

na Academia Militar de Porto Alegre, destacando-se na turma. Depois, estudou na França e nos EUA.

No início de seu governo, Castelo Branco procurou desagregar-se dos oficiais da extrema direita, contudo, seu governo foi marcado pela caça ao comunismo que, unido a cassação do mandato do popular Juscelino Kubitschek, ex-presidente da república, mostrava que a linha dura tinha grande influência sobre seu governo.

Conseguindo centralizar os poderes no Executivo, o governo procurou trabalhar na questão econômica do país. O Brasil passava por sérios problemas, segundo Skidmore (2000, 68-69):

Por quaisquer cálculos, a economia brasileira se achava em extremas dificuldades no início de 1964. (...) Os fornecedores estrangeiros, como as companhias internacionais de petróleo, não concediam mais crédito ao Brasil. (...) A inflação alcançara a taxa anual de 100 por cento (...)

Em frente a tantos problemas, o governo Castelo Branco montou uma equipe liderada por Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões. Campos e Bulhões acreditavam que o grande problema econômico do Brasil estava concentrado na inflação acelerada que, representava uma barreira ao crescimento econômico nacional.

Com as liberdades criadas para a manutenção do governo permitidos pelo AI-1, o presidente e a sua equipe puderam criar leis aumentando despesas reformulando a política fiscal. Nestas medidas, estavam a redução do déficit público, controle rigoroso do crédito e a política salarial.

Na questão política salarial, Campos e sua equipe, se concentraram no setor público. Com base na política salarial, remanescente do governo Goulart criaram uma fórmula complexa para calcular os aumentos salariais dos trabalhadores, sendo que o reajuste salarial seria a cada 12 meses.

Outra questão destacada na administração de Campos foi a necessidade de desvalorizar o cruzeiro, afim de mantê-lo com um valor realista, no ano de 1964, o cruzeiro teve que ser desvalorizado cinco vezes.

Castelo Branco, a principio, ocuparia o posto presidencial por 18 meses, tempo referente ao período que seria da administração Goulart, e que, após esse período, deveria voltar ao regime constitucional. Porém, em julho de 1964,

foi aprovada pelo Congresso, uma emenda que prorrogava a administração de Castelo Branco até março de 1967 e, adiava as próximas eleições para novembro de 1966.

Em vista a uma possível derrota eleitoral nas eleições de 1966, derrota esta, que ficou comprovada nas eleições para governador realizadas em onze estados (os outros nove teriam um processo eleitoral diferente). Nestas eleições, dois estados de grande importância – Rio de Janeiro e Minas Gerais – elegeram governadores da oposição, o que criou um clima de incerteza no governo presidencial. Em frente a esses resultados eleitorais conturbadores, o governo lança em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº2, visando controlar o processo eleitoral de 1966, para a eleição do presidente, vice-presidente e governadores.

Para o governo, esta era a forma de tornar a eleição de qualquer membro da oposição mais difícil. Com o AI-2 em vigor, o sistema multipartidário nacional foi convertido em um sistema bipartidário, onde a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) representaria o governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) representaria a oposição. De acordo com Napolitano (1998, 20): a edição do AI-2 (...) procurava dar ao regime uma fachada democrática.

Diferentemente de outros países latino-americanos, tais como Chile e Argentina, os militares brasileiros sentiam a necessidade de criar bases legais- através dos atos institucionais- para realizar as reformas autoritárias no país.

O novo Ato Institucional tinha duração prevista até março de 1967, fim do mandato de Castelo Branco. Além da transformação partidária do país, o AI-2, permitia que civis fossem julgados em tribunais militares e, notificava que o próximo presidente seria eleito de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral.

Em fevereiro de 1966, o governo lança outro Ato Institucional, o de número 3, que estabelece que eleições para prefeitos de capitais e outras cidades importantes, deveriam ser nomeados pelos governadores de seus respectivos estados.

Em vista de tanto esforços para assegurar a permanência dos militares no poder, faltava apenas a escolha do sucessor do governo, tarefa que



desagradou a Castelo Branco. O nome que, de longe era o mais citado, foi o de Arthur da Costa e Silva.

Costa e Silva autome nomeou-se ministro da guerra em abril de 1964, em pleno golpe militar, tornando-se desde então porta-voz da linha dura este, se comparado com Castelo Branco, tinha tendência mais nacionalista e não se alinhava muito a política norte-americana.. Ele graduara-se em primeiro lugar no Colégio Militar, seguindo para um aperfeiçoamento em Fort Knox (EUA); depois, ficou dois anos como ajudante militar na embaixada brasileira em Buenos Aires e comandou o quarto exército nos anos de 1961 e 1962 servindo no nordeste.

O novo presidente, eleito indiretamente, tomou posse do governo em 15 de março de 1967. O cargo de vice-presidente ficou com o mineiro Pedro Aleixo. No novo mandato, ninguém da gestão anterior permaneceu nos ministérios. Os cargos de Ministros civis se concentraram no setor econômico. Para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda foi escolhido Antônio Delfim Neto, um grande economista de São Paulo, e para ocupar o Ministério do Planejamento, Hélio Beltrão foi chamado.

Ao estudar os fatores que geravam os problemas econômicos, Delfim Neto chegou a conclusões diferentes da de seu antecessor Roberto Campos, como aponta Skidmore (2000, 144):

(...) Ele e sua equipe fizeram uma nova análise da inflação brasileira e concluíram que ela não era induzida pela demanda e sim pelos custos. (...) Delfim sustentava que se podia alcançar “rápido desenvolvimento sem aumento de inflação”, por causa do excesso de capacidade.

Quando Delfim Neto assumiu o cargo, começou a injetar crédito na economia e, para que os preços não fossem modificados de forma aleatória, passou a exigir que todos os preços tivessem a aprovação do governo para que pudessem ser alterados, punindo quem mudasse os preços sem permissão.

No ano de 1968, as vozes contra o governo começaram a aumentar e causar certo incomodo nos oficiais, principalmente os de linha dura. A Igreja, antiga apoiadora do regime e da deposição de Goulart, começava a criticar a situação política do país, atuando nas mesmas correntes que os estudantes e

os trabalhadores operários, que começavam a fazer greves pedindo melhorias salariais.

Diante de tantos pólos adversários do regime, Costa e Silva, junto com oficiais da linha dura, promulgam, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 que não tinha prazo de término. Neste momento o Brasil entrava em um período de “terror ao Estado”, terror este legalizado pelo novo Ato. Para Thomas Skidmore (1998, 232):

Brasil era agora uma ditadura autêntica. O Congresso foi fechado (embora não abolido) e todos os crimes contra a “segurança nacional” passaram a ser doravante da alçada da Justiça Militar. A censura foi introduzida visando especialmente à televisão e ao rádio. Importantes órgãos da imprensa como o jornal o Estado de S. Paulo e o semanário Veja, ficaram sujeitos a censura prévia.

Napolitano complementa dizendo (1998, 33):

Além da cassação generalizada de parlamentares e cidadãos, o AI-5 suspendia o *habeas-corpus* de presos políticos, reforçava a centralização do poder no Executivo Federal (...) permitia a decretação de estado de sítio, sem prévia autorização do Congresso.

Ao “legalizar” o AI-5, o governo tirou da população qualquer direito de criticar, opinar e se opor as medidas econômicas, políticas e sociais tomadas pelo regime. Com essa atitude, o governo tira da população a capacidade de dialogar, criando assim cidadãos mais alienados do que nunca, porque estes possuíam informações e conteúdos provenientes de uma única fonte, o próprio governo.

Com o Ato Institucional nº5, o Brasil mergulhava definitivamente em uma onda de autoritarismo que se contrastava com a melhora econômica, que reagia aos estímulos e estratégias do governo. Porém, neste período paradoxal, ocorre uma reviravolta nos meios militares, o presidente sofre um ataque, que deixa o lado direito, inclusive o rosto, de Costa e Silva paralisado. A administração de Costa e Silva havia passado a idéia de que o governo era forte e sólido, a súbita mudança do estado de saúde do presidente deixou todo o comando do exército em pavor. Em meio a este problema, os oficiais fizeram de tudo para manter a notícia da saúde do presidente bem longe do

conhecimento do público, esperançosos de uma possível melhora no quadro, fato que não ocorreu.

De acordo com a obra de Thomas Skidmore, devido a tamanha mudança, os três ministros e oficiais do Exército, que comandaram o governo de forma interina na ausência do presidente, rejeitam a Constituição de 1967, criada no próprio governo de Costa e Silva, e impedem que Pedro Aleixo assuma a presidência, como o previsto na Constituição.

Esse fato não é de todo uma surpresa, pois, os oficiais tinham ressentimento com o vice-presidente por este ter sido grande opositor da promulgação do AI-5.

Em razão da remota possibilidade de recuperação de Costa e Silva, o Alto Comando decide escolher Médici para presidente e Rademaker para vice-presidente.

Emílio Garrastazu Médici era desconhecido do público, diferentemente de Castelo Branco e Costa e Silva, não se destacou no Golpe de 1964. Médici recusou a sua indicação a presidência diversas vezes, só aceitando quando o indagaram a respeito do cumprimento do seu dever.

Na nomeação para os cargos do novo governo manteve Delfim Neto, o mais famoso nomeado de Costa e Silva, conservando a maioria dos seus ministros.

Seu governo começou em uma situação bem mais sombria que a de seus antecessores. Médici foi o militar que dispôs do governo mais repressivo do período ditatorial, durante seu mandato, tornou-se habitual a utilização de técnicas de tortura, prisões, desaparecimentos de cidadãos opositores e exílios. Segundo Boris Fausto (2006, 267): Daí resultou um paradoxo de um comando presidencial dividido em um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira.

Thomas Skidmore complementa ao relatar (2000, 215):

Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos. A repressão mostrava-se também eficiente contra as guerrilhas.(...) As tenazes da repressão foram tão apertadas que Médici não precisou fazer uma só cassação.

A censura aos meios de comunicação tornou-se mais evidente, os assuntos que estavam proibidos de serem publicados eram referentes a movimentos trabalhistas e estudantis, relatos sobre pessoas que perderam direitos políticos e qualquer visão pessimista aos planos econômicos impostos por Delfim Neto, ou seja, era proibido denunciar tudo o que deturpasse a visão da massa populacional em relação as medidas tomadas pela administração, a prioridade, era impedir que pontos de vista diferentes e em resumo, críticos ao governo fossem relatados, afim de impedir a propagação de idéias opostas as do regime militar.

. O trabalho dos censores era impedir que houvesse qualquer informação contrária da lançada pela Assessoria Especial de Relações Públicas, mais conhecida pela sigla AERP, a instituição governamental de relações públicas e propaganda.

A missão da AERP era divulgar notícias certificadas e permitidas pelo governo, além de realizar propagandas em favor do presidente tornando-o mais conhecido pela população.

Em contraste com a decadência da opinião pública e o reforço da repressão aos questionadores do governo, a economia passou a crescer vertiginosamente em 1968, percentual que manteve-se alto durante mais seis anos. Este período do governo passou a ser conhecido como “milagre econômico” que era de acordo com Napolitano (1998, 40): nome dado pelos capitalistas internacionais para qualificar o período de retomada do crescimento econômico a uma taxa média de 10% ao ano, uma das maiores de toda a história do capitalismo.

Com um momento econômico favorável, os militares utilizaram a mídia de massa para promover propagandas patrióticas do “Brasil Grande”. A utilização de projetos do governo para promover o próprio mostrou-se positivo. As mega-construções como a represa de Itaipu, o projeto de energia atômica com os alemães e a rodovia Transamazônica, ganharam enorme cobertura da mídia, que foi acompanhada das cores nacionais e de músicas patrióticas.

Durante este mandato, a oposição silenciou-se devido ao crescimento econômico e a repressão, porém, o governo Médici, para Fausto (2006, 267):

(...) não se limitou a repressão. Distinguiu claramente entre um setor significativo, mas minoritário da

sociedade, adversário do regime, e a população que vivia um dia-a-dia aceitável nesses anos de prosperidade econômica. A repressão se dirigiu ao primeiro grupo enquanto a propaganda se destinou a pelo menos neutralizar os segundo.

De acordo com o pensamento de Fausto, a propaganda foi utilizada para moldar e alienar o pensamento de grande parcela da população, parcela esta economicamente mais pobre e que, portanto, não usufruía da maioria das conquistas do famoso “milagre econômico” mas que, precisava acreditar na melhora da nação de forma geral, aceitando, pelo menos a curto prazo, a sua própria situação atual e em conseqüência exaltando as medidas governamentais.

A propaganda passou a ser muito utilizada pelo governo Médici para destacar os grandes feitos do governo minimizando deste modo a repressão imposta pelos militares. De acordo com Napolitano (1998, 44):

(...) a propaganda de massa foi amplamente utilizada pelo regime, em especial para promover a figura do presidente Médici como homem “simples”, ligado aos valores populares, como o futebol. (...) Somada às facilidades de consumo trazidas pela estabilidade econômica, sobretudo para a classe média, e à censura, a propaganda oficial conseguiu criar um clima de ufanismo generalizado.

A comunicação social mostrou-se uma forte aliada neste período, tanto Skidmore quanto Fausto concordam ao destacar o apoio do governo a TV Globo, que se tornou porta-voz do regime. Skidmore alega (1998, 241):

A mais famosa beneficiária do favoritismo do governo foram as Organizações Globo. (...) Sua expansão foi abertamente favorecida pelos governos militares, que lhe garantiram as melhores localizações e facilitaram a importação do equipamento mais atualizado. Em troca a TV Globo seguia uma política de programação estritamente pró-governo, um poderoso trunfo para os generais (...)

Fausto completa (2006, 268): A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira no país. A promoção do “Brasil grande potência” produziu resultados no imaginário da população.

Mesmo com toda essa “imagem” a seu favor, o governo Médici estava preocupado em fazer seu sucessor. Primeiramente, o presidente teria que lidar com a ARENA que, de acordo com os oficiais da linha dura, não

representava muito bem o governo, sendo o partido, muitas vezes indagado da sua lealdade para com a Revolução.

Ao contrário de muitos militares, Médici acreditava que era possível recuperar o partido mudando a sua liderança. Para isso escolheu Rondon Pacheco como seu eleito a presidência do partido. No quesito referente a nomeação de governadores também mostrou-se agressivo. Sua opinião foi decisiva na escolha dos nomes para governar todos os estados com exceção de Guanabara (nome antigo da Grande Rio).

O governo Médici foi fatal para as guerrilhas. Os guerrilheiros brasileiros tornaram-se mais evidentes devido ao seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, antes da posse de Médici. Nos anos de 1969 e 1970, as guerrilhas continuaram com a tática de seqüestro de embaixadores em troca de presos.

Porém o governo também começou a ficar mais esperto e ardiloso, os militares começaram a tomar medidas um pouco mais arriscadas. Estes passaram a demorar na entrega dos presos exigidos pelas guerrilhas, começaram a fazer revistas em todos os civis para colocá-los contra os movimentos rebeldes e obrigavam alguns prisioneiros políticos a dar declarações de que não queriam deixar o país.

A questão do exílio entrava em choque com a exigência dos guerrilheiros, que instruíam o governo a entregar os prisioneiros em outros países. Esta foi uma forma encontrada por eles para impedir a recaptura ou o desaparecimento dos libertos pelo governo.

Depois de uma incansável busca pelos líderes dos movimentos guerrilheiros, o governo conseguiu desestabilizar e acabar com as guerrilhas no Brasil. O último líder capturado foi Carlos Lamarca, desertor do exército. A mídia do governo deu forte cobertura a sua morte para servir de aviso a qualquer aspirante revolucionário, de que este seria o seu fim.

O único foco guerrilheiro que mais deu trabalho para o Exército estava localizado no Araguaia, em Goiás. O governo demorou anos para acabar com o foco, que em 1975 estava liquidado.

No campo econômico, Delfim Neto conseguiu grandes resultados, segundo Skidmore (2000, 276): Delfim Neto e seus tecnocratas estavam

obtendo o crescimento rápido através de meios diferentes, como incentivos tributários, hábil manipulação do sistema financeiro e redução do custo da mão-de-obra.

Com essas medidas, o governo conseguiu manter o crescimento médio de 10% durante todo o governo Médici, porém houve tristes conseqüências na questão da distribuição de riquezas entre as regiões do Brasil.

A repartição econômica irregular causou impacto direto no Nordeste e Norte do país que deixaram de receber boa parte da ajuda do governo desde a posse de Delfim Neto, ainda no governo Costa e Silva. Ao comparar a situação do crescimento econômico com a desigualdade entre as regiões, Napolitano (1998, 43) destaca:

(...) se por um lado, o milagre econômico conseguiu resolver problemas do capitalismo brasileiro, por outro, não solucionou os problemas sociais, no sentido de gerar melhores condições de vida e de trabalho para a maioria da população.

As conseqüências da má distribuição do capital são sentidos até os dias de hoje, com o grande abismo social que separa as regiões do Centro-Sul, mais industrializado e com índices de desenvolvimento altos das regiões Norte-Nordeste, que enfrenta problemas graves de fome, analfabetismo e a falta de condições básicas para a população local.

No ano de 1973 começou a ser travada, nos bastidores, uma campanha, para saber quem seria o sucessor de Médici. O nome que acabou sendo escolhido foi o de Ernesto Geisel que fora presidente da Petrobras, já tendo trabalhado no governo de Castelo Branco, como chefe da Casa Militar e Ministro do Superior Tribunal Militar.

Seu irmão, Orlando Geisel, era ministro do Exército do governo Médici e, portanto, grande aliado em matéria de neutralização dos opositores reais a candidatura de seu irmão, como por exemplo, o chefe da SNI, o general Carlos Alberto Fontoura.

O homem mais importante do governo Geisel foi o general Golbery do Couto e Silva que ocupou o cargo de chefe do Gabinete Civil e foi decisivo no processo de reabertura política.

Mas para que a abertura fosse um sucesso, o governo de Ernesto Geisel tinha que controlar quatro pontos principais durante seu mandato, entre eles: manter o apoio da maioria dos militares reduzindo, contudo, os poderes da linha dura; controlar os “subversivos” restantes; retornar gradativamente a democracia e manter altas as taxas de crescimento econômico.

Para se legitimar o governo Geisel fez uma aposta perigosa, prezou pela liberalização e não pela economia que, segundo o governo, não oferecia garantias a longo prazo.

Em janeiro de 1975, o governo retira a censura ao jornal O Estado de S. Paulo, um esboço, criado pelo governo para anunciar a população das propostas da nova administração. Outros jornais não receberam a mesma iniciativa governamental. Este era um gesto isolado e limitado, o que caracterizaria o governo de Ernesto Geisel. Segundo Napolitano (1998, 55):

Para conseguir a restauração do sistema político e abrir frentes de diálogo (mesmo restrito) com a sociedade, o governo Geisel começou por se aproximar da imprensa liberal, rompida com os métodos políticos do regime de 1969. (...) Na visão do governo Geisel era preciso dar mais espaço à imprensa liberal, pois essa era a melhor forma de o governo dialogar com setores importantes da sociedade que, devido ao fechamento do sistema político depois do AI-5, estavam afastados do Estado, mas eram formadores de opinião.

O governo conseguia manter o equilíbrio ao não se desfazer dos poderes gerados pelo AI-5 unido a constante caça aos comunistas do PCB, ligado a Moscou com a modesta, porém inédita concessão ao Estado de S. Paulo e a tolerância a duas instituições importantes que faziam oposições ferozes ao governo, esses órgãos eram a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Porém, esse equilíbrio frágil foi duramente abalado pela morte de Vladimir Herzog, de 38 anos, diretor de jornalismo do canal de TV Cultura. A morte de Herzog, a mais inacreditável desde a posse de Geisel, foi classificada como suicídio e gerou uma onda de manifestações, descrita por Napolitano (1998, 58):

(...) a mais significativa reação da sociedade se deu na forma de ato ecumênico que se transformou em ato público de protesto em plena catedral da Sé, no centro de São Paulo. (...) O ato marcou a primeira grande



manifestação pública contra o regime militar desde a edição do AI-5 em 1968 (...)

O setor econômico sofreu forte abalo com o aumento triplo do preço do petróleo, que deflagrou em uma crise nacional. O motivo desse abalo econômico é exemplificado por Skidmore (1998, 251):

Em 1973 a OPEP, o cartel fixador de preços dos países produtores e exportadores de petróleo, impôs seu primeiro aumento exorbitante. O efeito no Brasil foi imediato, pois, como o país dependia de importações para mais da metade de seu consumo de petróleo, a conta de importações do país disparou.

Em meio a tantos problemas com a economia e a inédita tolerância com as instituições opositoras ao regime; as rebeliões nos meios militares tornaram-se constantes, chefiadas pela linha dura, queriam o retorno de um regime mais forte e autoritário.

O governo de Ernesto Geisel precisava assegurar a vitória de um sucessor competente que desse continuidade ao plano de abertura iniciado por ele e Golbery, afim de restaurar a democracia de forma “lenta, gradual e segura”, conforme os planos do próprio Geisel.

Para que conseguissem realizar tamanha façanha, uma batalha dentro do Planalto, e longe dos olhos da população, começou a ser travada para a escolha de um sucessor, que para Geisel e Golbery deveria ser um castelista, confiável o bastante para comandar a nação nos próximos quatro anos.

O maior medo de uma retração política das conquistas de abertura do governo Geisel materializou-se na forma do general Sylvio Frota, líder da linha dura, que queria de toda forma candidatar-se a presidência para restituir as políticas autoritárias do governo Médici.

Frota acreditava que o país ainda estava repleto de comunistas, e que eles estavam voltando a se reorganizar, infiltrando-se em grandes instituições como a Igreja Católica e a oposição legal da ARENA, o MDB.

Sylvio Frota começou sua campanha presidencial antes do período proposto pelo presidente, chegando inclusive a fazer acusações contra as ações do governo Geisel, principalmente contra as medidas de liberalização e a tolerância com os “subversivos”.

Ernesto Geisel tinha que tomar uma decisão rápida para aniquilar o inimigo. Para isso, anunciou no dia 10 de outubro que demitiria Frota no dia 12, feriado, desta forma o general Sylvio Frota não conseguiria unir seus aliados. Em um plano muito bem elaborado, o presidente demitiu Frota, sem o conhecimento deste, que escreveu um manifesto e o enviou a todos os quartéis. O manifesto nunca foi transmitido.

Em uma última tentativa, Frota muda de tática e convoca uma reunião no Alto Comando de Brasília, para tratar a respeito de sua situação. Porém Geisel fora mais rápido novamente. O Planalto também havia convocado uma reunião com o Alto Comando. Quando os militares chegaram ao aeroporto, encontram dois carros a sua espera, um de Frota e outra do presidente. Como os militares já sabiam da demissão do general, preferiram o carro do Planalto, e desta forma Frota foi neutralizado.

Após este conturbado episódio, o homem escolhido a dedo por Geisel foi Figueiredo. O MDB, mesmo sabendo que suas chances de ganhar a presidência eram nulas resolveu concorrer, escolhendo para a formação de sua chapa o general Euler Bentes Monteiro.

Sem nenhuma surpresa em 1978 fora escolhido para a presidência Figueiredo e para vice, Aureliano. Figueiredo prometeu continuar com a liberalização e a democratização gradual. Mesmo assim o governo trabalhou em propagandas que fizessem com que a população se identificasse com Figueiredo, como destaca Napolitano (1998, 68):

Os estrategistas do governo, além de garantirem a Presidência da República, passavam agora a se preocupar também com a imagem pública do próximo presidente. Para tanto, coordenaram uma grande campanha de propaganda em torno da imagem de Figueiredo, apresentando-o como um homem “simples” e “simpático”.

O novo presidente manteve basicamente os ministros passando a idéia de que realmente manteria a liberalização de Geisel e Golbery, intensificada no ultimo ano de seu mandato.

Golbery foi mantido no governo no mesmo posto do mandato anterior, no cargo de chefe do gabinete civil, ele foi a personalidade mais importante no meio político do governo Figueiredo.

A imprensa e a mídia receberam o novo presidente de forma positiva, principalmente após o seu discurso onde relata seu compromisso com a Revolução de 1964 e com a restauração da democracia.

Figueiredo era conhecido no meio militar pela sua grande capacidade de relacionar-se com a linha dura e a moderada, pois, possuía grande habilidade de atuação nos dois tipos de governo. Trabalhou com Golbery desde 1961, quando Quadros ainda era presidente, e atuou também durante o governo Médici, como chefe do gabinete militar no Planalto.

O novo presidente assumiu o cargo em 1979, neste ano, houve grandes greves como a dos metalúrgicos do ABC, que desafiavam o novo governo pedindo melhoras salariais, e também abertura política.

O governo do último presidente militar teve que lhe trabalhar diretamente com a questão da Anistia, pois, este assunto era de vital importância para a real entrada do Brasil na democracia. Para que os políticos exilados desde o golpe de 1964 pudessem retornar, ampla parcela da população se mobilizou afim de acelerar tal processo sob o lema “anistia ampla, geral e irrestrita”.

O congresso aprovou uma nova lei em agosto de 1979, onde todos os exilados políticos desde setembro de 1961 puderam retornar ao Brasil.

No fim do ano de 1979 também foi dissolvido o sistema bipartidário nacional, sendo instaurado o sistema de múltiplos partidos. Com isso a ARENA mudou sua sigla para PSD (Partido Democrático Nacional) e o MDB mudou para PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

O fim do governo Figueiredo ficou marcado por inúmeras greves, neste período acentuou-se a greve metalúrgicos do ABC Paulista, unidos aos protestos da Igreja Católica e da OAB, que passaram a aumentar seus ataques ao governo. A população saía às ruas reivindicando seus direitos políticos sob o slogan de "diretas já".

No âmbito político, as liberalizações continuaram, o governo passou a adotar novas medidas para acelerar o processo, como narra Skidmore (2000,441): em novembro de 1980 o Congresso aprovou uma emenda constitucional originária do Executivo reintroduzindo eleições diretas para governadores de estado e a totalidade do Senado.

O começo da década de 1980 começou de forma preocupante no setor econômico brasileiro. As estratégias de Delfim Neto, aplicadas em 1979, como a desvalorização e a indexação prefixada, para reduzir a inflação, não funcionaram. Em 1981, o Brasil entrou em recessão, e todos os setores do país, com exceção do setor agrícola, caíram vertiginosamente.

O ano de 1982 teve grande ênfase político, afinal haveria eleições diretas para governadores e senadores a serem realizadas no mês de novembro daquele ano, a primeira vez desde 1965. Essas eleições caracterizam o principio de algumas mudanças no cenário político, como relata Skidmore (2000,455):

(...) o partido do governo perdera a maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Se a oposição votasse unida podia vetar qualquer lei proposta pelo governo. (...) A oposição conquistou os governos de nove estados, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro Minas Gerais e Paraná.

Essa vitória nas eleições mais o agravamento da recessão econômica, diminuíram a força de atuação dos meios militares. Agora, a população se unia novamente pedindo diretas para a eleição do próximo presidente. Nestas passeatas, uniam-se trabalhadores, políticos de renome como Brizola e diversos partidos como o PMDB, o PT entre outros.

As passeatas pelas diretas focaram a votação de uma emenda para o voto direto presidencial, que ocorreria em abril de 1982. As campanhas no Rio de Janeiro atraíam multidões de 500 mil pessoas, superadas apenas por São Paulo, que contou com um público de mais de um milhão de pessoas.

Chegado o dia da votação, a emenda não conseguiu a maioria de dois terços do Congresso, o que significaria que as próximas eleições seriam indiretas.

Mesmo assim, a oposição não se dá por vencida e passa a procurar possíveis candidatos que teriam chances de vencer em uma eleição indireta. Surgem dois candidatos que se destacam dos demais, de um lado Paulo Maluf, ex- governador de São Paulo e do outro Tancredo Neves governador de Minas Gerais.

Em meio a grandes rivalidades travadas dentro do partido, o PSD lança como candidato a presidência Tancredo Neves, cuja imagem e personalidade conquistaram o povo brasileiro.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice, fato esse que pôs fim a um comando militar de 21 anos e deu início a um novo capítulo da história brasileira, com o renascimento da democracia.

A seguir, será realizado um estudo a respeito das questões teóricas desse controle militar com base em pensadores que delinearam uma linha de raciocínio a respeito dos acontecimentos, (em maior ou menor grau), semelhantes, no que concerne a dominação e manutenção deste domínio.

## CÁPITULO II: DITADURA E PROPAGANDA

Neste capítulo será realizado um breve levantamento a respeito da Indústria Cultural e de como esta foi descrita pelos seus principais pensadores, bem como uma visão geral a respeito da propaganda ideológica e a história da mídia impressa como forma de entender o conjunto de fatores pertinentes a imposição e sustentação de uma ordem ditatorial que, se não é mantida, é sustentada pela propaganda e todos os meios de comunicação.

### Mídia Impressa

A impressão, tal como a conhecemos hoje, só foi possível através de muito esforço e dedicação de Gutenberg, no século XV, que tornou realidade a publicação em grande escala, a começar pela sua famosa Bíblia de 42 linhas.

Com a Revolução industrial na Inglaterra e, conseqüentemente, da sociedade de consumo, neste país e nos EUA foram criados os “jornais de tostão”, que eram formas de produção e distribuição rápida de jornais. Neste momento, surge ao primeiro veículo de comunicação de massa propriamente dito.

A respeito do período em que este fato ocorreu, DeFleur e Ball-Rokeach, em seu livro *Teorias da Comunicação de Massa*, dissertam (1993,39):

Essas coisas ocorreram em meados da década de 1830 na cidade de Nova York. O jornal de massa foi um grande sucesso e dali a poucos anos espalhara-se por muitas partes do mundo. A terceira década do século XIX, pois, viu a tecnologia da impressão rápida e a idéia básica de um jornal combinarem-se no primeiro verdadeiro veículo de comunicação de massa.

Com a instauração da primeira forma de comunicação de massa surgem os primeiros aspectos da utilização da comunicação de massa para informar e manipular a população de forma mais ampla e eficaz de forma inédita, portanto, a Revolução Industrial aliada a sociedade de consumo das então novas sociedades capitalistas mais a produção de informação em grande

escala são o berço para a instauração e estudo da indústria cultural, termo que será explicado a seguir.

## **A Indústria Cultural**

O termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez em 1945 no livro conjunto de Theodor Adorno e Max Horkheimer intitulada *Dialética do Esclarecimento*, este, propõe uma visão pessimista do mundo contemporâneo.

Contudo, antes de discorrer sobre o significado da indústria cultural na sociedade, é necessário relatar o contexto econômico e social na qual esta se insere e, primeiramente dizer como ela surgiu e em qual Teoria está inserida.

A indústria cultural faz parte de uma teoria chamada Teoria Crítica caracterizada por ser uma crítica radical do século XX.

A Teoria Crítica nasceu no ano de 1923, em Frankfurt, neste local reuniram-se pensadores de vários segmentos intelectuais que passaram a discutir os acontecimentos do século. Eles basicamente, segundo Olgária Matos (2005,05): traduziram a desilusão de grande parte dos intelectuais com respeito às transformações do mundo contemporâneo, seu ceticismo quanto aos resultados do engajamento político revolucionário, mas também o desejo de autonomia e independência do pensamento.

Os pensadores chegaram a esta conclusão tendo como base o contexto político extremista em que viveram. Ainda, segundo Matos (2005, 06): A ascensão do nazismo, a Segunda Guerra, o “milagre econômico” no pós-guerra, e o stalinismo foram os fatores que marcaram a Teoria Crítica da Sociedade, tal como esta se desenvolveu nos anos 20 até meados dos anos 70.

A Teoria Crítica questiona a proposta da modernidade. A modernidade, fruto do pensamento europeu e norte-americano, surge como uma negação do mundo tradicional.

A Crítica, como também é chamada, estuda e contextualiza os efeitos a curto prazo que os meios de comunicação provocam na sociedade. Segundo seus autores, os meios de comunicação impactam, influenciam e alienam todos os cidadãos, gerando desastres.

Esta teoria incorporou grande parte do pensamento marxista, principalmente na relação entre a classe dominante e os operários. Segundo Matos (2005, 24): Desde o início, a Teoria Crítica acolhe o “espírito” das relações de Marx mas não a sua “letra”.

O “espírito” marxista está relacionado ao conceito de classes, onde a classe dominante, formada pela minoria detentora de capital, conserva a ordem social para manter-se no poder. A questão da “letra” está relacionada a luta de classes como motor da história, para os críticos, Marx justificou muito cedo a violência na história.

Justamente após a elaboração dessas idéias fundamentais, Adorno e Horkheimer lançam a obra mais importante da teoria crítica, onde surge o conceito de indústria cultural.

Entende-se por indústria cultural o conjunto de empresas e instituições que tem, como principal atividade econômica, a produção da cultura com fins lucrativos e mercantis. A indústria cultural transforma tudo em negócio, mercadoria que deve ser consumida pela população. A respeito do momento histórico em que está surge, Coelho Teixeira esclarece (1998, 10):

Não se poderia, de todo modo, falar em indústria cultural num período anterior ao da Revolução Industrial, no século XVIII. Mas embora esta Revolução seja uma condição básica para a existência daquela indústria e daquela cultura, ela ainda não é suficiente. É necessário acrescentar a esse mercado uma economia de mercado, isto é, de uma economia baseado no consumo de bens; é necessário, enfim, a ocorrência de uma sociedade de consumo (...).

A sociedade de consumo ao qual Teixeira se refere iria consolidar-se apenas no século XX, onde o capitalismo nas sociedades democráticas deixa de ser liberal e passa a ser o capitalismo organizacional ou monopolista. Por capitalismo monopolista compreende-se o surgimento da concorrência imperfeita onde a empresa dominante que detém um mercado impõe o preço aos produtos comercializados.

A função da indústria cultural é produzir produtos para que estes sejam trocados por moeda viciando o gosto dos consumidores. Para que isto aconteça, a indústria cultural simplifica os produtos, dando a tudo um ar de



semelhança, o que faz com que os consumidores se tornem passivos a fim de poder, de forma eficaz, controlar e manipular o consumidor.

O poder da indústria cultural está no fato desta dar a condição de pensar pelo indivíduo como relata Theodor Adorno em *Indústria Cultural e Sociedade* (2002,

O espectador não deve trabalhar com a própria cabeça; o produto prescreve toda e qualquer reação: não pelo seu contexto objetivo – que desaparece tão logo se dirige à faculdade pensante – mas por meio de sinais. Toda conexão lógica que exija alento intelectual é escrupulosamente evitada.

Ao impedir o uso da intelectualidade, a indústria cultural gera a alienação, um dos conceitos considerado caracterizador da sociedade de consumo. A alienação está ligada ao conceito de reificação também caracterizadora da indústria cultural que segundo Teixeira (1998, 11):

(...)a reificação (ou transformação em coisa: a coisificação) e a alienação. Para essa sociedade, o padrão maior de avaliação tende a ser a coisa, o bem, o produto; tudo é julgado como coisa, portanto tudo se transforma em coisa – inclusive o homem. E esse homem reificado só pode ser um homem alienado: alienado de seu trabalho, que é trocado por um valor em moeda inferior às forças por ele gastas; alienado do produto de seu trabalho, que ele mesmo não pode comprar, pois seu trabalho não é remunerado à altura do que ele mesmo produz; alienado, enfim, em relação a tudo, alienado de seus projetos, da vida do país, de sua própria vida, uma vez que não dispõe de tempo livre, nem de instrumentos teóricos capazes de permitir-lhe a crítica de si mesmo e da sociedade.

Para que a indústria cultural atinja toda a sociedade é necessário existir uma sociedade de consumo e, conseqüentemente uma cultura de massa, esta é feita em ritmo industrial, para um grande número de pessoas. Neste sentido, a cultura deixa de ter a finalidade de expressão ou contestação e passa a ter característica de produto, que deve ser consumido a todo o custo perdendo o caráter de crítica da sociedade, segundo Teixeira (1998, 23):

(...) partindo do pressuposto (aceito a título de argumentação) de que a cultura de massa aliena, forçando o indivíduo a perder ou a não formar uma imagem de si mesmo diante da sociedade, uma das primeiras funções por ela exercida seria narcotizante,

obtida através da ênfase ao *divertimento* em seus produtos. Procurando a diversão, a indústria cultural estaria mascarando realidades intoleráveis e fornecendo ocasiões de fuga da realidade.

A diversão tem como meta impedir o indivíduo de pensar a respeito de algo, gerando impotência. A noção de divertimento é empregada por Adorno como sendo uma forma de controlar os consumidores, a falsa idéia de prazer após o trabalho é uma ilusão característica da sociedade capitalista (1985, 128):

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo do trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo do trabalho.

A arte também é incorporada a indústria cultural e transformando-se em negócio, esta de acordo com Adorno empresta sua substância trágica a diversão, o que permite reproduzir a fuga da realidade.

A indústria cultural não existiria se não houvesse uma forma de propagar as idéias nele inseridas. O propagador de suas mensagens são os meios de comunicação, que repetem, incessantemente, as ideologias nela inseridas até a exaustão, moldando a sociedade.

## **Propaganda Ideológica**

Existe segundo Nelson Garcia, três tipos de propaganda, entre elas: a propaganda comercial, a propaganda eleitoral e a propaganda ideológica. Estas se diferenciam quanto ao conteúdo nelas inserido, de forma muitas vezes sutil.

Quanto a propaganda comercial, amplamente difundida nas sociedades capitalistas o autor disserta que a função desta é (1994, 7 e 8): criar uma imagem positiva da entidade para que se a considere com simpatia. Trata-se,

em todos esses exemplos, de publicidade, também denominada propaganda comercial.

Como se pode notar, este tipo de propaganda está inserida no nosso cotidiano e é facilmente notada pela população; é o caso das propagandas de sabonete e cigarros exemplificados pelo autor.

A propaganda designada como eleitoral é, segundo Garcia (1994, 8):

(...) geralmente, é realizada em vésperas de eleições. Suas mensagens, veiculadas pelos meios de comunicação ou divulgadas diretamente através de discursos e apelos pessoais, convidam a votar em determinado candidato e enaltecem suas qualidades positivas e informam sobre as obras que realizou no passado e as que irá fazer no futuro, se eleito.

As propagandas eleitorais exigem um amplo trabalho de pesquisa a fim de fazer com que o eleitor crie afinidade com o candidato para que, em seguida, vote nele. Nesta propaganda não está inserido a idéia de compra e venda de produtos, mas sim o convencimento na escolha de um candidato considerado o mais apropriado para representar o país.

A terceira forma de propaganda descrita é chamada, como dita anteriormente de propaganda ideológica, esta caracteriza-se por ser (1994, 10 e 11):

(...) mais ampla e mais global. Sua função é a de formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural.

Um dos trunfos da propaganda ideológica reside no fato desta não apresentar de imediato as suas intenções, diferentemente das propagandas comerciais e eleitorais que são, respectivamente, a de levar o consumidor a comprar o produto e ao eleitor a votar no candidato.

Neste sentido, a propaganda ideológica apropria-se da indústria cultural, onde a classe dominante procura, através das mensagens subliminares, manter ou transformar a ordem política, econômica e social vigente. Estes grupos detentores de capital, porém, minoritários, procuram conquistar a

participação dos membros das classes inferiores para a realização de seus intentos, convencendo-os a seguir certa forma de pensamento. A maneira de induzir a realizar suas intenções é esclarecida por Nelson Garcia (1994, 11):

(...) eles conseguem, muitas vezes, controlar todos os meios e formas de comunicação, manipulando o conteúdo das mensagens, deixando passar algumas informações e censurando outras, de tal forma que só é possível ver e ouvir aquilo que lhes interessa.

Neste sentido, completa Sérgio Miceli, em seu artigo sobre o papel dos meios de comunicação de massa (1994, 45):

Em termos agregados, a propaganda governamental torna o setor público o maior anunciante na indústria cultural brasileira. O tripé formado pelos grandes anunciantes, pelos maiores conglomerados da informação e do entretenimento e pelos intermediários políticos aninhados no setor público garante a aliança de interesses, a um tempo econômicos e políticos, que está na raiz das políticas culturais no setor de comunicações.

Como pode- se notar, a propaganda ideológica exige uma interação entre as camadas da sociedade para que os resultados sejam alcançados. A primeira a ser anunciada é, de fato, aquela que opera a estrutura ideológica: a classe dominante. Ao relacionar a propaganda governamental e ideológica a indústria cultural surge um fenômeno característico das sociedades capitalizadas que reduzem a espetáculo toda identidade cultural, política e social, dando a tudo um aspecto de semelhança.

A denominação de classe social é exposta por Garcia como sendo (1994, 20 e 21):

Uma classe social se constitui pelo conjunto daqueles indivíduos que têm uma mesma posição e ocupam um mesmo espaço no pela produção econômica, situação que lhes determina uma mesma forma de participação a nível político e cultural. Quando a produção se encontra organizada em moldes capitalistas, a sociedade se caracteriza pela divisão de duas classes fundamentais: os trabalhadores de um lado e os capitalistas do outro.

Para desenvolver-se uma propaganda ideológica, segundo Garcia, é necessário compreender um conjunto de etapas diferentes. Este processo envolve o “emissor” que irá destacar as idéias a serem implantadas, seguindo-

se a etapa de “codificação” que decompõe a idéia e a converte em mensagem, após esta etapa segue-se o “controle ideológico” onde há a manipulação de todos os meios de produção e da divulgação das idéias para garantir os resultados da ação. Em seguida ocorre a “difusão” visando atingir a maior parte da população.

Ao relatar as etapas da propaganda ideológica concerne agora destacar os efeitos desta perante a sociedade e a forma com que os seus resultados, elaborados por determinado grupo, provoca de forma convincente uma reação em toda sociedade.

Na questão da sociedade brasileira perante a indústria cultural e o regime autoritário, o autor Miceli demonstra o crescimento desta devido aos investimentos governamentais que tinham, como real intenção o apoio dos meios de comunicação para a manutenção do sistema, para tentar, legitimar o que era ilegítimo.

Ainda, de acordo com este autor (1994, 54):

O perfil da indústria cultural brasileira espelha o relacionamento entre as demandas segmentadas dos diferentes público consumidores dos produtos e mensagens veiculadas e as práticas econômicas, políticas e culturais, aos principais conglomerados empresariais e setores empresariais e setores profissionais com interesses de monta nesse campo. (...) a oferta de bens culturais responde em boa medida às orientações comerciais e doutrinárias impostas por aqueles grupos de interesses dependentes de rentabilidade econômica desigual proporcionada pelos diversos setores que compõe a indústria cultural.

Com base nestas constatações, o próximo capítulo será dedicado a análise de caso de uma peça governamental do período.

### CÁPITULO III: PROPAGANDA SUBLIMINAR

Após relatar as condições históricas e políticas do Brasil no período militar e ainda, destacar os principais pensamentos e conceitos pertinentes a análise dos anúncios do período Médici, cabe agora analisar algumas mensagens do período com base nos temas abordados anteriormente.

De acordo com o livro *Comunicação e Poder*, de Pedrinho A. Guareschi, há três etapas de extrema importância para analisar a informação na comunicação. O autor declara esta afirmativa com base no pensamento de Berelson que propõe um estudo das *características do conteúdo*, que compreende uma análise das características físicas da propaganda, tais como o estilo, a tendência entre outros; *causas do conteúdo*, que destaca as intenções do transmissor da mensagem, de forma a descrever a intenção dos seus construtores e, por fim, os *efeitos do conteúdo*, que indica a aceitação do público ao proposto pela propaganda. Obviamente, por se tratar de propagandas governamentais e, portanto, mais sutis do que as de consumo, torna-se mais trabalhoso a análise destas etapas aqui destacadas.

Guareschi mais adiante, cita outro importante teórico, Louis Althusser, para realçar o conceito ideológico na comunicação de massa (1998, 11):

Althusser inclui a comunicação entre os Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE -, mostrando como o Estado, através da imprensa, rádio e televisão, manipula o povo ideologicamente: *Todos os aparelhos ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada um a seu modo... O aparato das comunicações manipulando o cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc., através da imprensa, rádio e televisão.* (1971: 154)

Com essa breve introdução podemos agora começar a análise do anúncio selecionado, que demonstra o entendimento do setor de comunicação governamental em aproveitar o momento econômico favorável do período.



Fig. 1: Propaganda impressa do Governo militar

Este anúncio contém vários símbolos que fazem com que o público, no caso, todos os cidadãos brasileiros, sintam-se atraídos e identificados pela propaganda e pela mensagem vinculada.

Primeiramente, a imagem colocada mostra um céu magnífico, belo, azul e claro. As nuvens brancas e cheias contrastam com a bandeira nacional, tremula e imponente, bem ao centro do anúncio. A bandeira, por ser símbolo nacional, é rapidamente captada e assimilada pela população.

A frase: “Ninguém mais segura esse país”, mexe com o imaginário dos cidadãos que, com as boas notícias declaradas pelo governo tais como: o milagre econômico e a taça tricampeã da Copa do Mundo, tornaram-se mais suscetíveis e propensas a declarações positivas como esta. A tipografia, simples, maiúscula e forte destaca-se do fundo claro do céu azul e passa a idéia de “potência”, uma das grandes mensagens criadas pela AERP para divulgar os feitos governamentais.

O nome do presidente do período, Garrastazu Médici, é colocado logo abaixo da afirmativa, o que, além de citá-lo como autor da frase, o coloca como o personagem responsável pelas conquistas de Estado, transformando-o em

catalisador das proezas governamentais e também da simpatia do público. A assinatura do anúncio começa com *Semana da Pátria*, o que fortalece e une toda a idéia de supervalorização nacional.

Ao analisarmos a peça com o olhar voltado a semiótica fica clara a relação entre palavra e imagem. Este contexto é abordado por Lucia Santaella em seu livro *Semiótica Aplicada* ():

Nas relações entre imagens e palavras predomina a complementaridade. Quer dizer, as mensagens são organizadas de modo que o visual seja capaz de transmitir tanta informação quanto lhe é possível, cabendo ao verbal confirmar informações que já passaram visualmente e acrescentar informações específicas que o visual não é capaz de transmitir.

Neste sentido, a imagem da Bandeira Nacional apresenta primeiramente um aspecto de aceitação e identificação com o público que imediatamente percebe e compreende do que se trata. A palavra completa o pensamento exposto ao dar uma razão “crescimento, potência”, a imagem empregada: o Brasil.

Esta peça implica na manutenção da ideologia militar existente no período, camuflado nas conquistas da década de 70. A ideologia nos meios de comunicação e a sua ligação com o cotidiano é esclarecida por Guareschi (1998, 19):

A ideologia, como um sistema de representações, é inseparável da existência vivencial cotidiana dos indivíduos. Dizer isso significa afirmar que a ideologia impregna os hábitos, desejos, reflexos das pessoas; significa, também, afirmar que a grande maioria das pessoas atravessa a vida sem, talvez, nunca se dar conta dos verdadeiros fundamentos dessas representações.

E completa ao afirmar que a ideologia (1998, 19):

(...) é, também, o local em que são armazenados os sinais empregados para racionalizar a dominação de classe, sinais esses marcados com uma condição: a exigência de que eles devem trabalhar para um sistema, cujas bases e verdadeiros fundamentos eles devem mascarar.

Basicamente, é exatamente esse o resultado que a frase: “Ninguém mais segura esse país” quer passar. O cotidiano do trabalho e da produção



estão embutidos nessa afirmativa por ser intrínseco ao crescimento econômico. Para um país capitalista crescer, faz-se necessário a maximização do trabalho, produção e exportação para a transformação de um país subdesenvolvido em “potência”.

Guareschi fala a respeito do fetichismo do objeto de consumo como uma naturalização do produto e transformação do indivíduo em coisa, sua explicação pode facilmente ser encaixada a esta propaganda na medida em que (1998, 17):

A atividade e o produto de comunicação não podem ser diferentes e escapar das relações sociais dominantes. A fim de estabelecer a forma mercantilista das comunicações, fazer dessa forma uma atividade *natural*, isto é, uma atividade que seja realizada sem que os dominados (ou seja, os receptores) suspeitem da identidade dela como sendo um instrumento de dominação, controlado por determinada classe – os meios de comunicação têm de passar através de um processo de fetichização, semelhante àquele a que todas as atividades e produtos estão sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira etapa deste projeto, consistiu em destacar o contexto social e político na qual o Brasil se encontrava. Essa parte foi de extrema importância para entendermos qual a percepção histórica do período a fim de, mostrarmos mais a frente, como toda essa proliferação de medo e censura tornaram possíveis o uso estratégico dos meios de comunicação para controlar e manipular toda a sociedade brasileira.

A segunda fase do projeto procurou basear-se nas teorias de célebres pensadores que contribuíram para o estudo da comunicação e da sociedade. Esse momento permitiu demonstrar a linha de pensamento que guiaria todo o trabalho. A terceira e última etapa foi dedicada a análise da peça em si, onde foi possível reunir todos os conhecimentos anteriormente abordados de forma prática sob um objeto concreto.

Com base nestes dados é possível concluir que o grau de influência de uma imagem e um texto bem escrito possui sobre determinada população é extremamente alto, se levarmos ainda em consideração o fato da censura oposicionista e também da manipulação das informações, recorrentes do período.

Atualmente, faz-se necessário estudar e constatar como os meios de comunicação vêm sendo utilizados por parte do governo, não apenas no que concerne à propaganda governamental, mas também, na forma com que o governo utiliza ou descrimina os meios de comunicação no país.

Pode-se notar uma crescente influência dos governos latino-americanos na restrição e censura dos meios de comunicação e estudar o passado militar brasileiro, pode ser uma forma de tentar mensurar a gravidade deste tipo de conduta.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- GARCIA, Nelson Jahr. *O que é Propaganda Política*. 11 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 3 ed. São Paulo: Atual Editora, 1998.
- NETTO, José Teixeira Coelho. *O que é indústria cultural*. 17ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.